



Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

MODERNIDADE GLOBAL:

Publicado no site em 27/08/2008

Euripedes Falcão Vieira (*)

Um novo tempo está presente; o tempo de uma época de mudanças e rupturas. A alta tecnologia, o conhecimento, a informação, os poderes transterritoriais produziram novas relações sociais e soberanias nacionais compartilhadas. As forças econômicas transterritoriais, particularmente, avançaram em ondas sobre as territorialidades nacionais, afetando as soberanias e alterando as forças internas de sustentação do Estado-nação.

O Estado é o poder instituído da sociedade organizada. A nação é a sociedade simbólica. O Estado, a nação e o poder são ordenados em torno do território, da bandeira, do hino e do consciente coletivo. O intimismo entre essas concepções e símbolos maiores é fundamental à soberania do Estado-nação. São forças internas prevalentes, estruturas simbólicas nacionais mantidas acima da ordem instituída em cenários transterritoriais.

As perspectivas e as realidades nos anos de passagem entre modernidades – pós-modernidade – mostram, contudo, uma modelagem de Estado diferente, fortemente atuante no tempo-espaço econômico global e dissonante internamente, em cada imaginário social. As atividades econômicas na seqüência do impulso civilizador, os interesses políticos dominantes e as influências culturais sempre exerceram maior ou menor poder sobre as sociedades nacionais. Cedo ou tarde, porém, a fadiga da supremacia derrubou o poder dominante e as sociedades nacionais se recompuseram em suas formas, signos e símbolos.

A força telúrica das nacionalidades se impôs em territorialidades antigas, sempre predispostas à reação diante de poderes externos. Nas territorialidades-nações, que se tornariam Estados-nações institucionais ergueram-se os símbolos das sociedades emergentes. As fragmentações territoriais representaram na América Latina, particularmente, os domínios de antigas civilizações, de núcleos nativos retardatários e a ocupação de vastos espaços vazios. A conquista e a posse de territorialidades continentais foi um gigantesco esforço carregado de significações de ordem material e espiritual.

As relações que se estabeleceram entre o Estado, a nação e o território garantiram a sobrevivência das novas sociedades americanas. Em tempos diferentes as sociedades que se edificaram com a onda colonizadora formaram seus Estados e suas ordens de poder. As rupturas com as ordens políticas de origem fundamentaram as novas ordens políticas nacionais, ainda que sob influências não revogadas totalmente. Os Estados nacionais, com perdas significativas pelo maior tempo de influência externa, e absorvendo grande parte do retardamento cultural e social das estruturas nativas desorganizadas mantiveram, ainda, assim, o simbolismo do território-nação.

A modernidade global trouxe novos choques às ordens nacionais. A transterritorialidade produtiva, os mercados e os poderes globais enfraqueceram a ordem e os poderes nacionais. A passagem ao ordenamento transnacional produziu descompassos na estrutura social, abalos que não puderam ser evitados pela própria rapidez das mudanças, inserções e novas dependências. As desestruturações internas aguçaram o conflito entre o Estado e a Nação. Há um crescente afastamento entre o Estado e a sociedade nacional, impulsionado pela perspectiva global, inundada de novos interesses, valores e símbolos. O Estado (República) na América Latina caminha em direção a negociações econômicas globais; os interesses sociais no plano interno ficam subjacentes. O Estado, na verdade, atua mais como preposto de interesses transterritoriais, claramente sobrepostos aos objetivos nacionais. Há, evidentemente, na nova

realidade, perda da interatividade entre Estado e Nação.

A transterritorialidade é um conceito novo, indefinido e carregado de novas interpretações, análises e configurações tempo-espaço. As territorialidades marcaram profundamente as nacionalidades, mesmo em circunstâncias políticas inusitadas ou dependências econômicas.

O território é a base física da nação, sua autolimitação onde se desenrolam os eventos simbólicos das sociedades nacionais. Nele está assentada a consciência nacional, a inspiração ao patriotismo e aos ideais de nacionalidade. A ordem política e cultural em torno das territorialidades nacionais orientou o esforço pelo desenvolvimento; esforço no qual não somente os indicadores econômicos tivessem importância, mas, igualmente, as condições de vida, a qualidade do cidadão em sua forma de comportamento, dignidade existencial e nível de cultura.

A territorialização da sociedade sintetiza as iniciativas individuais e coletivas de caráter econômico, social e cultural, a projetar a consciência nacional em valores e signos identificados nas instituições próprias. As relações políticas, culturais e econômicas de âmbito internacional produziram comércio, alinhamentos políticos e dependências históricas na orla do sistema mundial; formou-se uma geoestratégia de espaços econômicos seguindo os avanços tecnológicos de época.

O aparato das tecnologias mecânicas, pesadas, configurou a geoestratégia de fixidez, de longa duração, e de certa forma, incorporando a unidade multinacional à vida e aos hábitos de consumo de cada país. Numa segunda fase, as grandes empresas multinacionais passaram a atuar regionalmente, mas limitadas pelas regras impostas em cada território nacional.

A partir de 1970, a microeletrônica revoluciona os meios e métodos de produção, circulação e informação. A era industrial, a modernidade pesada para Bauman (2001) começa a declinar. Inicia-se, principalmente, na década de 90, um conjunto de profundas e rápidas transformações na sociedade. A multipolaridade produtiva, a queda das barreiras nacionais, a desterritorialização dos espaços nacionais, as perdas de comandos internos estratégicos e, conseqüentemente, de parte das soberanias, são novas realidades da ordem transterritorial que se instala. Um altar-mor global se ergue sobre os escombros da antiga ordem industrial e da modernidade a ela intrínseca. A ordem transterritorial se impõe; os poderes globais se sobrepõem aos poderes nacionais.

A ordem econômica transterritorial vem sendo modelada em diferentes formatos geográficos. Os blocos regionais se formam politicamente com a intenção de assegurar aos países membros melhores condições de participação no comércio internacional. Nesse sentido há fortes articulações à definição de geoestratégias para os espaços econômicos globais. Os territórios passam a ser objeto de estratégias globais em contexto de multipolaridade produtiva. As cadeias de produção se instalam em territorialidades nacionais, desterritorializadas na operacionalização dos fluxos de demandas e decisões.

A transterritorialidade é uma ordem de seqüências econômicas produzidas na dinâmica global. A fragmentação da territorialidade total em lugares logísticos às estratégias de produção multidimensiona a ação e o poder em escala mundial. Os lugares de produção global interligam-se em redes físicas e informáticas, independente dos territórios nacionais onde se situam. Os governos nacionais, dentro da lógica dos investimentos externos, procuram oferecer facilidades à instalação de lugares-globais e benefícios fiscais às iniciativas de produção. Nesse sentido, a natureza dos fluxos específicos de cada unidade de produção, independente da base física, deixa de ser nacional, assumindo um caráter transterritorial no sistema de complementação de componentes, montagens, insumos, matéria-prima e tecnologia.

As relações de negócios, os fluxos cruzados de componentes e produtos acabados, o poder e as influências de poder identificam a ordem transterritorial que se movimenta independente de limites nacionais. Na verdade, o poder nacional passa a ser exercido de acordo com os interesses de uma ordem econômica que se coloca além do controle do Estado-nação.

Essa é uma realidade a ser equacionada em políticas estratégicas de blocos e alianças econômicas, assegurando aos Estados-nações condições favoráveis de competição no mercado global. É essencial, contudo, que cada país tenha seu próprio projeto de desenvolvimento, agregando aos seus produtos, os valores da alta tecnologia, eficiência e eficácia. Esses paradigmas da modernidade atual, porém, só serão alcançados com um novo modelo de educação!

(*)Doutor em Geografia. Bacharel em Ciências Econômicas - Ex-Reitor da FURG. Membro do IHGRS